

Brazilian Securities Companhia de Securitização

Demonstrações contábeis acompanhadas do relatório do auditor independente em 31 de dezembro de 2025

Ref.: Relatório nº 263KB-034-PB



Índice

	Página
Relatório da Administração sobre as demonstrações contábeis	3
Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis	4
Demonstrações contábeis	8
Notas explicativas às demonstrações contábeis dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024	13
Declaração da diretoria sobre as demonstrações contábeis	29
Declaração da Diretoria sobre o Relatório dos Auditores Independentes	30

SENHORES ACIONISTAS,

A Administração da Brazilian Securities Companhia de Securitização ("BS" ou "Companhia") submete à apreciação dos Senhores o Relatório da Administração e as correspondentes Demonstrações Financeiras referentes ao período encerrado em 31 de dezembro de 2025, acompanhados do Relatório dos Auditores Independentes. As informações apresentadas estão em conformidade com as normas estabelecidas pela Lei 6.404/76 (Lei das Sociedades por Ações), pela Comissão de Valores Mobiliários e demais normas estatutárias.

CENÁRIO ATUAL

A Brazilian Securities Companhia de Securitização é uma empresa controlada pelo Banco PAN S.A. ("Banco"), que detém 100% de seu capital total.

RESULTADOS

Benefício residual em operações securitizadas

Em 31 de dezembro de 2025, o resultado com benefício residual em operações securitizadas foi de R\$ 144 mil de prejuízo, frente aos R\$ 356 mil de prejuízo de 31 de dezembro de 2024.

Resultado Líquido

No período findo em 31 de dezembro de 2025, o lucro líquido foi de R\$ 4,9 milhões, frente ao lucro líquido de R\$ 11,3 milhões em 31 de dezembro de 2024.

Patrimônio Líquido

O patrimônio líquido da Brazilian Securities Companhia de Securitização totalizou R\$ 265,8 milhões em dezembro de 2025 e R\$ 262,0 milhões em dezembro de 2024.

Recebíveis Imobiliários

O saldo de recebíveis imobiliários totalizou R\$ 2,2 milhões em 31 de dezembro de 2025 e R\$ 17,1 milhões em 31 de dezembro de 2024.

O volume de carteiras securitizadas sem coobrigação em 31 de dezembro de 2025 totalizou R\$ 674,7 milhões (R\$ 1.120,2 milhões em 31 de dezembro de 2024), sendo que os respectivos Certificados de Recebíveis Imobiliários montaram R\$ 703,8 milhões em 31 de dezembro de 2025 (R\$ 1.156,7 milhões em 31 de dezembro de 2024).

AUDITORES INDEPENDENTES

As Demonstrações Financeiras passaram a ser auditadas, a partir do 1º trimestre de 2024, pela Grant Thornton Auditores Independentes Ltda. De acordo com o teor da Instrução CVM nº 162/22, a Brazilian Securities, não contratou e nem teve serviços prestados pela Grant Thornton Auditores Independentes Ltda. não relacionados à auditoria externa neste período. A política adotada atende aos princípios que preservam a independência do auditor, de acordo com critérios internacionalmente aceitos, ou seja, o auditor não deve auditar o seu próprio trabalho, nem exercer funções gerenciais no seu cliente ou promover interesses deste.

São Paulo, 20 de março de 2026.

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis

Grant Thornton Auditores Independentes Ltda.

Av. Eng. Luiz Carlos Berrini, 105 -
12º andar, Itaim Bibi - São Paulo (SP)
Brasil
T +55 11 3886-5100
www.grantthornton.com.br

Aos Acionistas, Conselheiros e Diretores da
Brazilian Securities Companhia de Securitização
São Paulo – SP

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Brazilian Securities Companhia de Securitização (“Securitizadora”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Brazilian Securities Companhia de Securitização em 31 de dezembro 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas do Brasil e com as normas contábeis internacionais (*IFRS Accounting Standards*) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Securitizadora, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade aplicáveis às auditorias de demonstrações contábeis de entidades de interesse público no Brasil, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais Assuntos de Auditoria (PAA)

Principais Assuntos de Auditoria (PAA) são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Títulos e valores mobiliários

Motivo pelo qual o assunto foi considerado um PAA

Conforme descrito na Nota Explicativa nº 5.a, a Securitizadora possui aplicações financeiras com taxa de remuneração atrelada ao CDI.

Esse tema foi considerado como uma área crítica e, portanto, de risco em nossa abordagem de auditoria, tendo em vista sua representatividade, além de ser uma área crítica e de risco, tratar-se de rubrica de significativo impacto nas demonstrações contábeis da Securitizadora, sendo os procedimentos de auditoria de maior complexidade, dado ao tempo envolvido na análise das movimentações, rendimentos, resgates entre outros aspectos.

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

Nossos procedimentos de auditoria, foram, mas não se limitaram: **(i)** conciliação contábil das aplicações financeiras; **(ii)** análise dos extratos bancários **(iii)** validação dos resgates do período; **(iv)** análise dos rendimentos; **(v)** análise da aderência das divulgações efetuadas nas demonstrações contábeis.

Com base na abordagem de nossa auditoria e nos procedimentos efetuados, entendemos que os critérios e premissas adotados pela Securitizadora para reconhecimento dos ativos e o resultado obtido no exercício foram razoáveis no contexto das demonstrações contábeis da Securitizadora.

Outros assuntos

Demonstrações do Valor Adicionado (DVA)

As Demonstrações do Valor Adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Securitizadora, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas e apresentadas como informação suplementar para os demais tipos de sociedade, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações contábeis da Securitizadora. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações contábeis e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A administração da Securitizadora é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas contábeis internacionais (IFRS Accounting Standards) emitidas pelo *International Standards Accounting Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Securitizadora continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Securitizadora ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Securitizadora são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para /planejamos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Securitizadora;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração;
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Securitizadora. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Securitizadora a não mais se manter em continuidade operacional;

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada; e
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras da Securitizadora ou atividades de negócio para expressar uma opinião sobre as demonstrações contábeis. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança a declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório, porque as conseqüências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 20 de março de 2026

Grant Thornton Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP-025.583/O-1



Rafael Dominguez Barros
Contador CRC 1SP-208.108/O-1

BRAZILIAN SECURITIES COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO
BALANÇO PATRIMONIAL
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 31 DE DEZEMBRO DE 2024
(Em milhares de reais - R\$)

Ativo	Notas explicativas	31/12/2025	31/12/2024
Caixa e equivalentes de caixa	4	95	222
Ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado		247.256	248.489
Títulos e valores mobiliários	5.a	244.852	227.229
Recebíveis imobiliários	6	2.201	17.069
Benefício residual em operações securitizadas	26.a	203	3.711
Outros ativos financeiros	7	-	480
Outros ativos	8	3.562	2.521
Ativos não correntes mantidos para venda	9	2.581	3.721
Impostos		30.514	20.244
A compensar	24.e	19.074	16.169
Diferidos	24.b	11.440	4.075
TOTAL DO ATIVO		284.008	275.197
Passivo	Notas explicativas	31/12/2025	31/12/2024
Provisões	10	5.023	2.893
Passivos fiscais	11	9.198	5.471
Correntes		9.198	5.471
Outros passivos	12	4.037	4.858
PATRIMÔNIO LÍQUIDO		265.750	261.975
Capital social	13	174.201	174.201
De domiciliados no País		174.201	174.201
Reservas de capital		17.048	17.048
Reservas de lucros		74.501	70.726
TOTAL DO PASSIVO		284.008	275.197

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

BRAZILIAN SECURITIES COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024
(Em milhares de reais - R\$, exceto o lucro líquido por ação)

	Notas explicativas	31/12/2025	31/12/2024
Resultado com juros e similares	14	32.703	23.801
Receitas com juros e similares		32.703	23.801
Perda no valor recuperável de ativos financeiros		(19.188)	(46)
Benefício residual em operações securitizadas	15	(144)	(356)
Outros ativos financeiros		13.371	23.399
Receitas de prestação de serviços	16	195	206
Despesas com pessoal	17	(670)	(637)
Outras despesas administrativas	18	(3.289)	(4.513)
Despesas tributárias	19	(1.809)	(1.278)
Provisões líquidas	20	(6.099)	(3.238)
Outras receitas/(despesas) operacionais	21	4.581	2.841
Resultado na alienação de ativos não correntes mantidos para venda		591	(136)
Resultado antes dos tributos		6.871	16.644
Imposto de renda e contribuição social	24.a	(1.920)	(5.323)
Imposto de renda e contribuição social correntes		(9.284)	(5.375)
Imposto de renda e contribuição social diferidos		7.364	52
Lucro líquido		4.951	11.321
Lucro básico e diluído por ação em número médio ponderado de ações atribuível aos acionistas - R\$			
Lucro por ação ordinária		0,06358	0,14539

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.



BRAZILIAN SECURITIES COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024
(Em milhares de reais - R\$)

	31/12/2025	31/12/2024
Lucro líquido	4.951	11.321
Resultado abrangente do período	4.951	11.321
Atribuível a:		
Acionistas controladores	4.951	11.321

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

BRAZILIAN SECURITIES COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO
DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 31 DE DEZEMBRO DE 2024
(Em milhares de reais - R\$)

	Capital social	Reserva de capital	Reservas de Lucros		Lucros acumulados	Total
			Legal	Para Integridade do Patrimônio Líquido		
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023	174.201	17.048	10.475	51.619	-	253.343
Lucro líquido	-	-	-	-	11.321	11.321
Total do resultado abrangente	-	-	-	-	11.321	11.321
Destinações:						
Reserva de lucros (Nota 13.b)	-	-	566	8.066	(8.632)	-
Dividendos a pagar	-	-	-	-	(2.689)	(2.689)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024	174.201	17.048	11.041	59.685	-	261.975
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024	174.201	17.048	11.041	59.685	-	261.975
Lucro líquido	-	-	-	-	4.951	4.951
Total do resultado abrangente	-	-	-	-	4.951	4.951
Destinações:						
Reserva de lucros (Nota 13.b)	-	-	247	3.528	(3.775)	-
Dividendos a pagar	-	-	-	-	(1.176)	(1.176)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025	174.201	17.048	11.288	63.213	-	265.750

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

BRAZILIAN SECURITIES COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO
DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024
(Em milhares de reais - R\$)

	Notas explicativas	31/12/2025	31/12/2024
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS:			
LUCRO LÍQUIDO		4.951	11.321
Ajustes que não afetam o fluxo de caixa:			
Provisão para desvalorização de ativos não correntes mantidos para venda		81	(104)
Resultado na alienação de ativos não correntes mantidos para venda		(377)	604
Perda no valor recuperável de ativos financeiros		19.188	46
Constituição de provisões e passivos contingentes	20	6.099	3.238
Imposto de renda e contribuição social - diferido		(7.364)	(52)
Resultado líquido ajustado		22.578	15.053
Varição de Ativos e Passivos:			
(Aumento) em títulos e valores mobiliários		(31.639)	(22.920)
(Aumento)/Redução em recebíveis imobiliários		(4.320)	860
Redução em benefício residual em operações securitizadas		3.508	382
Redução em outros ativos financeiros		480	67
(Aumento)/Redução em ativos fiscais		(2.906)	1.571
Redução em outros ativos		395	1.911
Redução em provisões		(3.969)	-
Aumento em passivos fiscais		11.577	2.596
Aumento/(Redução) em outros passivos		692	(2.065)
Imposto de renda e contribuição social pagos		(7.850)	(3.912)
CAIXA LÍQUIDO (USADO) NAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		(11.454)	(6.458)
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO:			
Alienação de ativos financeiros ao custo amortizado		14.016	9.235
CAIXA LÍQUIDO PROVENIENTE DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		14.016	9.235
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO:			
Dividendos pagos		(2.689)	(2.659)
CAIXA LÍQUIDO (USADO) NAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		(2.689)	(2.659)
AUMENTO LÍQUIDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		(127)	118
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA NO INÍCIO DO PERÍODO		222	104
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA NO FINAL DO PERÍODO		95	222
INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES SOBRE O FLUXO DE CAIXA			
Juros recebidos		106.666	24.928

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

1) Contexto operacional

A Brazilian Securities Companhia de Securitização (BS, Companhia ou Instituição), controlada diretamente pelo Banco PAN S.A. (Banco PAN) tem como objeto social a aquisição de créditos imobiliários, hipotecários e do agronegócio, e, securitização por meio da emissão de Certificados de Recebíveis Imobiliários (CRIs) e de Certificados de Recebíveis do Agronegócio (CRAs).

Os CRIs e os CRAs são emitidos sob o regime de patrimônio separado, no qual os recebíveis imobiliários e os recebíveis do agronegócio ficam excluídos do patrimônio líquido comum da Companhia, passando a constituir direitos patrimoniais em separado, com o objetivo específico de responder pela realização financeira dos direitos dos titulares dos CRIs e/ou dos CRAs.

a) Eventos societários

• Incorporação de ações

Em 14 de outubro de 2025, o Banco Pan S.A. ("PAN"), entidade controladora da BS, comunicou aos acionistas e ao mercado em geral que decidiu propor, de forma vinculante, a incorporação das ações do Banco Pan S.A. pelo Banco Sistema S.A. ("Operação").

Em 18 de novembro de 2025, o Banco Pan e o Banco BTG comunicaram aos acionistas e ao mercado em geral que aprovaram o Protocolo e Justificação e a convocação das respectivas Assembleias Gerais Extraordinárias, a serem realizadas em 09 de dezembro de 2025, para deliberar sobre a incorporação de ações.

Em 09 de dezembro de 2025, o Banco Pan e o Banco BTG comunicaram ao mercado a aprovação em assembleia geral extraordinária da incorporação de ações, nos termos da Operação.

Em 15 de dezembro de 2025, o Banco Central do Brasil homologou a Operação e seus efeitos.

Em 15 e 22 de dezembro de 2025, as Administrações comunicaram o "Ajuste da Relação de Troca" em razão das distribuições de proventos na forma de juros sobre o capital próprio pelo BTG Pactual.

Em 12 de janeiro de 2026, foram comunicados os passos operacionais para a liquidação da operação, finalizada em 23 de janeiro de 2026, data em que as ações de emissão do Banco PAN deixaram de ser negociadas após o encerramento do pregão.

2) Apresentação das Demonstrações Contábeis

As Demonstrações Contábeis da Companhia foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil que correspondem aos CPCs emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC). Estas Demonstrações Contábeis foram aprovadas pela Administração em 20/03/2026.

Novos Pronunciamentos, Alterações e Interpretações de Pronunciamentos Existentes

I – Aplicáveis para o período findo em 31 de dezembro de 2025

- Alterações na IAS 1 – Apresentação das Demonstrações financeiras:

Segregação entre Passivo Circulante e Não Circulante: esclarece quando considerar condições contratuais (Covenants) que possam afetar o direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, no mínimo, 12 meses após o período de relatório e inclui requisitos de divulgação para os passivos com Covenants classificados como não circulantes. Estas alterações são efetivas para exercícios iniciados em 1º de janeiro de 2024, com aplicação retrospectiva e não há impactos para as Demonstrações Financeiras da BS.

II – Aplicáveis para Períodos Futuros

• IFRS 18 - Apresentação e Divulgação nas Demonstrações Financeiras:

Substituí a IAS 1 – Apresentação de Demonstrações Financeiras. A IFRS 18 introduz novos subtópicos e três categorias para receitas e despesas (operacionais, de investimento e de financiamento) na estrutura da demonstração de resultados. Também requer que as empresas divulguem explicações sobre as medidas de desempenho definidas pela administração relacionadas à demonstração de resultados.

Estas alterações são efetivas para exercícios iniciados em 1º de janeiro de 2027.

3) Principais práticas contábeis

As práticas contábeis e os critérios de apuração utilizados na elaboração destas Demonstrações Contábeis foram as seguintes:

a) Moeda funcional e moeda de apresentação

As Demonstrações Contábeis estão sendo apresentadas em Reais, moeda funcional da Companhia.

b) Definições, reconhecimento e classificação dos instrumentos financeiros:

- Definições e reconhecimento

- Instrumento financeiro: é qualquer contrato que dê origem a um ativo financeiro para uma entidade e a um passivo financeiro ou instrumento de patrimônio para outra entidade.
- Instrumento de patrimônio: é qualquer contrato que represente uma participação residual no ativo da entidade emissora depois de deduzida a totalidade de seu passivo.
- Valor justo: valor pelo qual o instrumento financeiro poderia ser adquirido ou vendido por duas partes bem-informadas, agindo deliberadamente e com prudência, em uma transação em condições regulares de mercado. A referência mais objetiva e comum para o valor justo de um instrumento financeiro é o preço que seria pago por ele em um mercado ativo, transparente e significativo ("preço cotado" ou "preço de mercado"). O instrumento financeiro é considerado como cotado em mercado ativo se os preços cotados estiverem pronta e regularmente disponíveis provenientes de negócio, negociante, corretor, grupo industrial, serviço de preços ou agência reguladora, e se esses preços representarem transações de mercado reais e que ocorrem regularmente em base em que não exista relacionamento entre as partes.
O valor justo na data do negócio equivale ao preço de transação. Especificamente, o valor justo dos derivativos financeiros negociados em bolsa incluídos nas carteiras de ativos ou passivos financeiros para negociação é considerado equivalente ao seu preço cotado diariamente. Se, por razões excepcionais, não for possível apurar o preço cotado em uma data específica, esses derivativos são mensurados adotando-se métodos similares aos utilizados para mensurar os derivativos negociados em mercado de balcão.
- Taxa efetiva: é a taxa de desconto que corresponde exatamente ao valor inicial do instrumento financeiro em relação à totalidade de seus fluxos de caixa estimados, de todas as espécies, ao longo de sua vida útil remanescente. No caso dos instrumentos financeiros de taxa fixa, a taxa de juros efetiva coincide com a taxa de juros contratual definida na data da contratação, adicionados, conforme o caso, as comissões e os custos de transação que, por sua natureza, façam parte de seu retorno financeiro. No caso de instrumentos financeiros de taxa variável, a taxa de juros efetiva coincide com a taxa de retorno vigente em todos os compromissos até a data de referência seguinte de renovação dos juros.
- Modelo de negócio: documento que demonstra como os grupos de ativos financeiros são gerenciados em conjunto para atingir os objetivos da entidade. O modelo de negócio determina se os fluxos de caixa resultarão da obtenção dos fluxos de caixa contratados, venda do ativo financeiro ou ambos.
- Fluxos de caixa contratuais que atendem o critério de principal e juros: são ativos financeiros compostos somente por principal e juros, onde o principal é o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial, podendo mudar ao longo do tempo em função dos pagamentos, e o juros correspondem: valor do dinheiro no tempo (somente a compensação da passagem do tempo), risco do crédito associado ao valor do principal a receber, risco de liquidez, compensação custos administrativos e operacionais e margem de lucro.
- Perda de crédito esperada: é a estimativa ponderada por probabilidade de perdas de crédito, ou seja, o valor presente de todos os *déficits* de caixa, ao longo da vida esperada do instrumento financeiro.

viii. Reconhecimento: os ativos e passivos financeiros são inicialmente reconhecidos quando, e somente quando, a entidade se torna parte das disposições contratuais do instrumento e mensurados, inicialmente, ao valor justo, acrescido, no caso de item não mensurado ao valor justo, dos custos da transação diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão.

• **Classificação dos ativos financeiros para fins de mensuração**

Os ativos financeiros são classificados por três categorias:

- i. Ativos Financeiros Mensurados ao Custo Amortizado: correspondem aos ativos que atendem ambas as seguintes condições:
 - mantido dentro do modelo de negócios cujo objetivo é manter o ativo financeiro com o fim de receber fluxos de caixa contratuais; e
 - os termos contratuais do ativo financeiro correspondem a fluxos de caixa que constituem, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto.
- ii. Ativos Financeiros Mensurados ao Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes: correspondem aos ativos que atendem ambas as seguintes condições:
 - mantido dentro do modelo de negócios cujo objetivo seja atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e
 - os termos contratuais do ativo financeiro correspondem, a fluxos de caixa que constituem, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto.
- iii. Ativos Financeiros Mensurados ao Valor Justo por meio do Resultado: correspondem aos ativos que atendem uma das seguintes condições:
 - ativos financeiros que não atendem as condições de ativos financeiros mensurados ao custo amortizado ou valor justo por meio de outros resultados abrangentes; ou
 - escolha irrevogável, dos ativos que atendem as exigências de mensuração ao custo amortizado ou a valor justo por meio de outros resultados abrangentes, no reconhecimento inicial, com o propósito de eliminar ou reduzir significativamente uma inconsistência de mensuração ou de reconhecimento.

No reconhecimento inicial de um instrumento de capital não mantido para negociação, a instituição pode optar de maneira irrevogável por apresentar alterações subsequentes do valor justo por meio de “Outros resultados abrangentes”. Esta opção é feita considerando cada investimento individualmente e não foi utilizada.

• **Desdobramento dos ativos financeiros para fins de apresentação**

- i. Caixa e equivalentes de caixa: saldos de caixa e de depósitos à vista;
- ii. Instrumentos de dívida: títulos que representam dívida para o emissor, rendem juros e foram emitidos de forma física ou escritural;
- iii. Instrumentos de patrimônio: instrumentos financeiros emitidos por outras entidades, tais como ações e quotas de fundos de investimento imobiliário, com natureza de instrumentos de patrimônio para a emissora, exceto investimentos em subsidiárias, em entidades ou fundos controlados ou coligados; e
- iv. Outros empréstimos e recebíveis: referem-se basicamente a saldos a receber junto a “Clientes” e entidades não consideradas como “Instituições Financeiras”.

- **Classificação dos passivos financeiros para fins de mensuração**

Os passivos financeiros são classificados como subsequentemente mensurados ao custo amortizado, exceto:

- Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado. Esses passivos, incluindo derivativos que sejam passivos, devem ser mensurados subsequentemente ao valor justo.
- Passivos financeiros que surjam quando a transferência do ativo financeiro não se qualificar para desreconhecimento ou quando a abordagem do envolvimento contínuo for aplicável.
- Contratos de garantia financeira. Após o reconhecimento inicial, são mensurados subsequentemente pelo maior valor entre:
 - o valor da provisão para perdas; e
 - o valor inicialmente reconhecido menos, se apropriado, o valor acumulado da receita reconhecido de acordo com os princípios do CPC 47.
- Compromissos de conceder empréstimo com taxa de juros abaixo do mercado. São mensurados subsequentemente pelo maior valor entre:
 - o valor da provisão para perdas; e
 - o valor inicialmente reconhecido menos, se apropriado, o valor acumulado da receita reconhecido.

c) Mensuração dos ativos e passivos financeiros:

- **Mensuração dos ativos financeiros**

- Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado: são mensurados ao valor justo, as receitas de juros são calculadas pelo método de juros efetivos e reconhecidas no resultado. Os resultados decorrentes das alterações no valor justo são reconhecidos no resultado.
- Ativos Financeiros Mensurados ao Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes: são mensurados ao valor justo, as receitas de juros são calculadas pelo método de juros efetivos e reconhecidas no resultado. Os resultados decorrentes das alterações no valor justo e as provisões para perdas esperadas são contabilizados em outros resultados abrangentes, e acumulados na rubrica “Ajustes de avaliação patrimonial” no patrimônio líquido.
- Ativos Financeiros Mensurados ao Custo Amortizado: são reconhecidos inicialmente pelo valor justo, acrescidos dos custos de transação, reduzidos pelas amortizações e provisões para perdas esperadas, sendo as receitas de juros calculadas pelo método de juros efetivo e reconhecidas no resultado do período.

- **Mensuração dos passivos financeiros**

Em geral, os passivos financeiros são mensurados ao custo amortizado, exceto os incluídos nas rubricas “Passivos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado”, “Contratos de Garantia” e “Compromissos de conceder empréstimos”, os quais mensurados conforme mencionado anteriormente.

- **Técnicas de avaliação**

Na ausência de cotações públicas, a Administração, por meio de modelos internos, faz a sua melhor estimativa do preço que seria fixado pelo mercado. Para tanto, utiliza dados baseados em parâmetros de mercado observáveis (Preços cotados em mercados não ativos ou por instrumentos similares).

d) Baixa de ativos e passivos financeiros:

• **Ativos financeiros**

Um ativo financeiro, ou parte aplicável de um ativo financeiro ou grupo de ativos semelhantes, é baixado quando, e somente quando:

A instituição não tiver expectativas razoáveis de recuperar o ativo financeiro em sua totalidade ou parte dele; ou

A instituição transfere o direito de receber o fluxo de caixa do ativo ou reter os direitos contratuais de receber fluxos de caixa do ativo financeiro, mas tenha assumido a obrigação de pagar o fluxo de caixa recebido, no montante total, sem demora material, a um terceiro e se: (a) a instituição transferiu substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo.

• **Passivos financeiros**

Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação em relação ao passivo for extinta, isto é, quando a obrigação especificada no contrato for retirada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente é substituído por outro do mesmo credor em termos substancialmente diferentes, ou os termos do passivo existente são substancialmente modificados, a troca ou modificação é tratada como uma baixa do passivo original e o reconhecimento de um novo passivo, e a diferença no valor contábil é reconhecida no resultado.

e) Redução ao valor recuperável:

A provisão para redução ao valor recuperável é a diferença entre todos os fluxos de caixa contratuais devidos e todos os fluxos de caixa que esperamos receber, descontados a taxa de juros efetiva original ou a taxa de juros efetiva ajustada ao crédito para ativos financeiros comprados ou concedidos com problemas de recuperação de crédito.

Os fluxos de caixa estimados, levam em consideração todos os termos contratuais do instrumento financeiro (pagamentos antecipados, extensão, opção de compra e similares) ao longo da vida esperada desse instrumento. Também são incluídos ao fluxo de caixa venda de garantia detida e outras melhorias de crédito que forem parte integrante dos termos contratuais. Nos casos que não forem possíveis estimar, de forma confiável, a vida esperada do instrumento, a entidade utiliza o termo contratual remanescente do instrumento financeiro.

A Companhia reconhece provisão para perdas de crédito esperadas para os ativos financeiros mensurados ao custo amortizado e ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, recebíveis de arrendamento, ativos contratuais no escopo do CPC 47, compromisso de empréstimos e contratos de garantia financeira.

As provisões para perdas de crédito esperadas são mensuradas como:

- Perdas de crédito esperadas para 12 meses – corresponde a parte das perdas de crédito esperadas para a vida inteira que resultarão de eventos de inadimplência no instrumento financeiro possíveis em doze meses após a data do exercício.
- Perdas de crédito esperadas para a vida útil - são as perdas de crédito esperadas que resultam em todos os eventos possíveis de inadimplência ao longo da vida esperada do instrumento financeiro.

f) Ativos e passivos contingentes:

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões, dos ativos e dos passivos contingentes e das obrigações legais (fiscais e previdenciárias) são efetuados de acordo com o CPC 25, recepcionado na Resolução CMN nº 3.823/09, sendo os principais critérios os seguintes:

- Ativos contingentes – não são reconhecidos nas demonstrações contábeis, exceto quando da existência de evidências que assegurem elevado grau de confiabilidade de sua realização;
- Provisões – são reconhecidas nas demonstrações contábeis quando, baseado na opinião de assessores jurídicos e da Administração, for considerado provável a perda de uma ação judicial ou administrativa, e sempre que os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança;
- Passivos contingentes não satisfazem os critérios de reconhecimento, pois são considerados como perdas possíveis, devendo ser apenas divulgados em notas explicativas, quando relevantes. As obrigações classificadas como remotas não são provisionadas e nem divulgadas.

g) Reconhecimento de receitas e despesas:

As receitas e despesas são apropriadas ao resultado segundo regime contábil de competência.

As receitas de prestação de serviços são reconhecidas somente quando as obrigações de desempenhos (serviços) foram cumpridas.

Receitas e despesas de juros para todos os instrumentos financeiros com incidência de juros são reconhecidas dentro de “receitas de juros e similares” e “despesas de juros e similares” na demonstração do resultado, usando o método da taxa efetiva de juros.

Ao calcular a taxa efetiva de juros, a Companhia estima os fluxos de caixa considerando todos os termos contratuais do instrumento financeiro, mas não considera perdas de crédito futuras.

h) Imposto de renda e contribuição social (corrente e diferido):

Os créditos tributários sobre as adições temporárias serão realizados quando da utilização e/ou reversão das respectivas provisões sobre as quais foram constituídos. Os créditos tributários sobre prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social serão realizados de acordo com a geração de lucros tributáveis, observando o limite de 30% do lucro real do período-base. Tais créditos tributários são reconhecidos contabilmente baseados nas expectativas atuais de realização, as quais são revistas periodicamente considerando estudos técnicos e análises realizadas pela Administração.

A provisão para imposto de renda é constituída à alíquota-base de 15% do lucro tributável, acrescida de adicional de 10%. A contribuição social sobre o lucro é calculada considerando a alíquota de 9%.

i) Lucro básico e diluído por ação:

O lucro básico por ação é calculado dividindo-se o lucro ou prejuízo da Companhia pela quantidade média das ações ordinárias existentes ao longo do exercício. A diferença apresentada entre o lucro básico e o diluído refere-se à contemplação de ações potenciais com efeito de diluição. As informações sobre essas potenciais ações estão sendo divulgadas na nota 13.d.

j) Estimativas e julgamentos contábeis críticos:

A Companhia efetua estimativas e julgamentos contábeis, com base em premissas, que podem, no futuro, não ser exatamente iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e julgamentos que, na opinião da Administração, podem ser consideradas mais relevantes, e podem sofrer variação no futuro, acarretando eventuais impactos em ativos e passivos da Companhia, estão descritas a seguir:

Valor justo dos instrumentos financeiros: O valor justo dos instrumentos financeiros que não possuem suas cotações disponíveis ao mercado, por exemplo, por Bolsa de Valores, é mensurado¹⁹ mediante a utilização de técnicas de avaliação, sendo considerados métodos e premissas que se baseiam principalmente nas condições de mercado e, também, nas informações disponíveis, na data das Demonstrações Contábeis. As políticas contábeis descritas nas notas 3.b e 3.c, apresentam, respectivamente, informações detalhadas sobre “definições e classificação dos instrumentos financeiros” e “mensuração dos ativos e passivos financeiros e reconhecimento das mudanças do valor justo”;

- Constituição de créditos tributários: De acordo com as informações divulgadas na nota 3.g, a Companhia reconhece impostos diferidos sobre diferenças temporárias e, também, sobre saldos de prejuízos fiscais de imposto de renda e base negativa de contribuição social. Referido reconhecimento ocorre somente na extensão em que seja provável que o lucro futuro tributável esteja disponível para ser utilizado na compensação desses créditos tributários. Para tanto, a Companhia utiliza projeções de resultados futuros elaborados e fundamentados em premissas internas e em cenários econômicos. A nota 10 apresenta informações detalhadas sobre impostos diferidos, bem como a expectativa de prazo para suas realizações; e
- Baixa de ativos financeiros: de acordo com a informação divulgada na nota 7, os recebíveis imobiliários, lastros de operações securitizadas sem cláusula de coobrigação, são baixados quando da emissão dos respectivos CRIs e os eventuais benefícios residuais são reconhecidos de acordo com o exercício de competência.

k) Eventos Subsequentes:

Referem-se a eventos ocorridos entre a data-base das Demonstrações Contábeis e a data de sua aprovação pelos Órgãos da administração. São divididos em:

- eventos que originam ajustes, relacionados a condições que já existiam na data-base das Demonstrações Contábeis; e
- eventos que não originam ajustes, relacionados a condições que não existiam na data-base das Demonstrações Contábeis.

4) Caixa e equivalentes de caixa

	31/12/2025	31/12/2024
Depósitos bancários	95	222
Total	95	222

5) Títulos e valores mobiliários:

a) Composição e prazos:

		31/12/2025	31/12/2024
Ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado			
Certificado de Depósito Bancário (CDB)	Livres	244.001	224.293
Certificado de Depósito Bancário (CDB) (1)	Vinculados	851	2.936
Total		244.852	227.229

(1) Inclui, (i) em 31/12/2024 R\$ 55 vinculados ao pagamento de carteiras de recebíveis adquiridas e cobertura de inadimplências, R\$ 851 (31/12/2024 – R\$ 2.881) referente ao repasse a proprietários de terrenos vinculados aos créditos registrados nos patrimônios separados.

b) Prazo de vencimento:

	31/12/2025	31/12/2024
Até 360 dias	137.998	15.788
Acima de 360 dias	106.854	211.441
Total	244.852	227.229

6) Recebíveis imobiliários

a) Composição:

Compreendem carteiras de financiamentos imobiliários adquiridas pela BS, não utilizados como lastro para emissões de Certificados de Recebíveis Imobiliários.

				31/12/2025	31/12/2024
Ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado	Vencimento final	Indexadores	Juros % ao ano		
Cédula de Crédito Imobiliário (CCI) - BS	15/11/2034	INCC/IGPM /Poupança /CDI e sem Correção Monetária	até 14,24%	39.723	36.240
Saldo do final do período				39.723	36.240
(-) Perda Esperada - Crédito Imobiliário				(37.522)	(19.171)
Saldo líquido de perda				2.201	17.069

b) Variação perda esperada:

	31/12/2025	31/12/2024
Saldo no início do exercício	(19.171)	(19.212)
Atualização perda esperada	(18.351)	41
Saldo no final do exercício	(37.522)	(19.171)

7) Outros ativos financeiros

	31/12/2025	31/12/2024
Transações pendentes de liquidação (1)	-	480
Total	-	480

(1) Correspondem a valores a receber de transferência de recursos alocados temporariamente em operações de securitização para cobertura de rating.

8) Outros ativos

	31/12/2025	31/12/2024
Devedores diversos – País	1.741	1.158
Valores a receber de sociedades ligadas	1.121	201
Depósitos judiciais e fiscais	679	896
Despesas antecipadas	21	80
Rendas a receber	-	186
Total	3.562	2.521

9) Ativos não correntes mantidos para venda

	31/12/2025	31/12/2024
Imóveis	2.813	3.872
Provisão para perda ao valor recuperável	(232)	(151)
Total	2.581	3.721

10) Provisões

A Brazilian Securities é parte em processos judiciais de natureza cível e fiscal decorrentes do exercício regular de suas atividades. São constituídas provisões para os processos cíveis e de natureza fiscal classificados como de perda provável com base no histórico de perdas, na opinião de assessores jurídicos, na natureza e complexidade das ações e no posicionamento dos tribunais. A provisão constituída é suficiente para atender ao risco de perda decorrente desses processos.

Processos cíveis

São processos de natureza cível e consumerista, que contemplam pedidos de indenização a revisão de condições de contratação ou questionamentos a tarifas cobradas nos produtos oferecidos.

As ações cíveis, geridas por meio de sistema informatizado, são divididas em dois grupos:

1) ações massificadas

Na metodologia utilizada para o cálculo da provisão cível dedicada às ações massificadas, é aplicado um modelo estatístico que calcula o ticket médio de perda esperada a partir de dados extraídos das ações encerradas e pagas nos 24 meses anteriores. Este indicador, variável por categorias de ações semelhantes ("clusters"), é atualizado a cada 03 meses e seu acompanhamento periódico demonstra a adequação do montante de provisões.

2) ações cíveis estratégicas

Com relação às ações consideradas estratégicas e aquelas de médio impacto (“middle”), o provisionamento é efetuado a partir da análise jurídica do risco de perda e do valor de perda econômica esperada para cada processo. Esta avaliação leva em conta a opinião dos advogados internos e externos e é construída a partir da análise dos casos concretos, além de legislação, doutrina e jurisprudência aplicáveis.

Processos tributários

Trata-se de ações passivas de cunho administrativo e judicial distribuídas pela União, Estados, Distrito Federal e pelos municípios, em face do Grupo PAN, objetivando a exigência de tributos de suas respectivas competências já constituídos, inscritos ou não em dívida ativa. Todas as discussões tributárias são conduzidas por escritórios especializados, sob a supervisão do Jurídico Tributário do PAN.

Os valores constituídos como provisão são decorrentes de tributos cuja matéria é amplamente estudada levando em consideração aspectos processuais, jurisprudenciais, doutrinários e que sejam, de acordo com opinião legal dos nossos assessores, classificados como perda provável.

I. Composição e movimentação das provisões:

	Cíveis (1)	Tributários	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2024	2.839	54	2.893
Constituição líquida de reversão (1)	6.072	27	6.099
Atualização monetária	-	21	21
Baixas por pagamento	(3.990)	-	(3.990)
Saldo em 31 de dezembro de 2025	4.921	102	5.023

(1) Refere-se a processos, os quais os autores pleiteiam substancialmente revisão de contrato de compra e venda de imóvel.

Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia figurava como parte em processos cíveis com probabilidade de êxito possível, razão pela qual não estão provisionados na contabilidade. O saldo dos processos cíveis classificados como possível totalizou R\$ 7.615 (31/12/24 – R\$1.118).

11) Passivos fiscais

	31/12/2025	31/12/2024
Impostos e contribuições sobre lucros a pagar	8.986	5.284
Cofins a recolher	134	100
Impostos retidos na fonte sobre terceiros	33	50
PIS a recolher	22	16
Impostos e contribuições sobre salários	22	20
ISS a recolher	1	1
Total	9.198	5.471

12) Outros passivos

	31/12/2025	31/12/2024
Valores a pagar a sociedades ligadas	1.560	-
Dividendos a pagar	1.176	2.689
Valores a repassar	1.004	1.115
Provisão para participações nos lucros	155	141
Obrigações por aquisições de recebíveis	-	677
Outros	142	236
Total	4.037	4.858

13) Patrimônio líquido

a) Composição do capital social em quantidade de ações:

O capital social, totalmente subscrito e integralizado, é de R\$ 174.201 em 31/12/2025 e 31/12/2024, e encontra-se dividido em ações ordinárias nominativas escriturais e, sem valor nominal, conforme descrito no quadro a seguir:

	31/12/2025	31/12/2024
Ordinárias	77.864.966	77.864.966
Total	77.864.966	77.864.966

b) Reservas de lucros:

Reserva legal – Nos termos do estatuto social da Companhia, do lucro líquido apurado anualmente, após a dedução do prejuízo acumulado e da provisão para o imposto de renda, será destacada uma quantia equivalente a 5% (cinco por cento) do lucro para formação da reserva legal, até que atinja 20% (vinte por cento) do capital social da Companhia. Nos termos do artigo 193, §1º, da Lei nº 6.404/76, a BS poderá deixar de destinar parcela do lucro líquido para a reserva legal no exercício em que o saldo dessa reserva, acrescido do montante das reservas de capital, exceder a 30% do capital social.

Reserva para integridade do patrimônio líquido – Tem por fim assegurar recursos para atender as necessidades regulatória e operacional de valor de patrimônio líquido da Companhia, podendo ser convertida em capital social por deliberação do Conselho de Administração. Observado o limite do capital autorizado, poderá ser formada de acordo com proposta do Conselho de Administração, com até 100% do lucro líquido que remanescer após as destinações dos lucros apurados anualmente, não podendo ultrapassar o valor do capital social da Companhia.

No exercício de 2025, foram destinados para reserva de lucros o montante de R\$ 3.775 (31/12/24 – R\$ 8.632).

c) Dividendos:

Aos acionistas é assegurado o recebimento de dividendo mínimo de 25% sobre o lucro líquido anual, nos termos do Artigo 202 da Lei nº 6.404/76, atualizada pela Lei nº 11.638/07.

No exercício de 2025, foram destinados dividendos no montante de R\$ 1.176 (31/12/24 – R\$ 2.689).

d) Lucro básico e diluído por ação:

O lucro por ação básico foi calculado com base na quantidade média ponderada de ações ordinárias em circulação, e está demonstrado a seguir:

	31/12/2025	31/12/2024
Lucro atribuível aos acionistas ordinários da Companhia	4.951	11.321
Quantidade ponderada de ações ordinárias em circulação	77.864.996	77.864.966
Lucro por ação básico atribuível aos acionistas ordinários da Companhia - em R\$	0,06358	0,14539

14) Resultado com juros e similares

	31/12/2025	31/12/2024
Rendas com títulos e valores mobiliários	31.639	22.919
Recebíveis imobiliários	1.064	882
Total	32.703	23.801

15) Benefício residual em operações securitizadas

Inclui resultados gerados pela variação dos saldos dos patrimônios separados, líquidos de eventuais garantias prestadas, das operações securitizadas que, de acordo com a Lei nº 9.514/97, será reintegrado ao patrimônio comum da companhia securitizadora, no momento de extinção do regime fiduciário e liquidação dos respectivos certificados de recebíveis imobiliários e do agronegócio. Em 31/12/2025 foi apurado um resultado de R\$ (144) (31/12/2024 - R\$ (356)).

16) Receitas de prestação de serviços

Refere-se a receitas geradas pela prestação de serviços de assessoria técnica. No exercício findo em 31/12/2025, o total de receita reconhecido foi de R\$ 195 (31/12/2024 - R\$ 206).

17) Despesas de pessoal

	31/12/2025	31/12/2024
Proventos	(495)	(463)
Encargos Sociais	(114)	(108)
Benefícios	(61)	(66)
Total	(670)	(637)

18) Outras despesas administrativas

	31/12/2025	31/12/2024
Serviços de terceiros	(2.332)	(2.672)
Serviços do sistema financeiro	(334)	(208)
Processamentos de dados	(260)	(219)
Manutenção e conservação de bens	(214)	(1.237)
Taxas e emolumentos	(99)	(135)
Propaganda, promoções e publicidade	(37)	(41)
Outras	(13)	(1)
Total	(3.289)	(4.513)

19) Despesas tributárias

	31/12/2025	31/12/2024
Contribuição à Cofins	(1.505)	(1.038)
Contribuição ao PIS	(245)	(169)
IOF	(41)	(40)
Imposto sobre serviços	(10)	(10)
IPTU/ ITBI	(8)	(21)
Total	(1.809)	(1.278)

20) Provisões líquidas

	31/12/2025	31/12/2024
(Provisão)/reversão de processos cíveis	(6.072)	(3.247)
(Provisão)/reversão de processos tributários	(27)	9
Total	(6.099)	(3.238)

21) Outras receitas/(despesas) operacionais

	31/12/2025	31/12/2024
Atualização Monetária	1.019	953
Recebimento Fee	853	1.235
Recuperação de encargos e despesas	490	78
Outras	2.219	575
Total	4.581	2.841

22) Saldos e transações com partes relacionadas

As transações com partes relacionadas (diretas e indiretas) são efetuadas em condições e taxas compatíveis com as médias praticadas com terceiros, vigentes nas datas das operações.

a) A tabela a seguir demonstra os saldos e transações com partes relacionadas:

	Prazo Máximo	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
		Ativo (Passivo)	Ativo (Passivo)	Receitas (Despesas)	Receitas (Despesas)
Disponibilidades		57	7	-	-
Banco PAN S.A.	Sem prazo	57	7	-	-
Certificados de depósito bancário – CDB		244.001	224.293	31.458	22.668
Banco PAN S.A.	14/12/2028	244.001	224.293	31.458	22.668
Valores a receber		1.121	201	-	-
Banco PAN S.A.	Sem prazo	1.121	201	-	-
Dividendos a pagar		(1.176)	(2.689)	-	-
Banco PAN S.A.	31/12/2026	(1.176)	(2.689)	-	-

23) Instrumentos financeiros

- Gestão de riscos**

A Brazilian Securities possui exposição em ativos e passivos, cujos registros são efetuados em contas patrimoniais, de resultado e de compensação.

A Administração é responsável por estabelecer a política de risco e os limites de exposição. A responsabilidade por identificar, avaliar, monitorar e informar o cumprimento das diretrizes de risco estabelecidas pela Administração são as áreas de Riscos Financeiros e Capital, Risco Operacional e Controles Interno, Risco de Crédito, Compliance, PLD e Gestão de Continuidade de Negócios, que mantêm relação de independência em relação às áreas de negócios e de operações.

- Gestão do capital**

A Brazilian Securities considera a gestão de capital como um processo estratégico que é executado de forma a otimizar o consumo do capital disponível, contribuindo para o alcance dos objetivos da Instituição e sempre dentro dos limites de capital estabelecidos pelo órgão regulador.

A estrutura de gerenciamento de capital da Brazilian Securities é compatível com a natureza de suas operações, com a complexidade de seus produtos e serviços e com sua exposição a riscos.

- Risco de mercado**

Refere-se à possibilidade de perdas associadas à oscilação de taxas, descasamentos de prazos e moedas das carteiras ativas e passivas das demonstrações da organização. Esses riscos são gerenciados diariamente por meio de metodologias aderentes às melhores práticas.

As operações estão expostas aos seguintes fatores de risco: taxa de juros prefixada, taxa de juros vinculada a índice de preço (IGPM), além de outras taxas de juros (TR).

Os instrumentos financeiros são segregados nas seguintes Carteiras:

Carteira *Trading*: consiste em todas as operações com instrumentos financeiros, inclusive derivativos, detidas com intenção de negociação ou destinadas a *hedge* de outros instrumentos da carteira de negociação. As operações detidas com intenção de negociação são aquelas destinadas à revenda, obtenção de benefícios dos movimentos de preços, efetivos ou esperados, ou realização de arbitragem.

Carteira *Banking*: todas as operações não classificadas na carteira *trading*. Consistem nas operações estruturais provenientes das linhas de negócio da organização e seus eventuais *hedges*.

Análise de sensibilidade em 31/12/2025

Fatores de Risco	Carteira <i>Trading</i> e <i>Banking</i> Exposições sujeitas a variação	Cenários		
		(I) Provável	(II) Possível	(III) Remoto
Cupom de índices de preços	Taxas dos cupons de índices de preços	(1)	(130)	(248)
Cupom de outras taxas de juros	Taxas dos cupons de outras taxas de juros	-	(1)	(1)
Total em 31/12/2025		(1)	(131)	(249)
Total em 31/12/2024		(1)	(145)	(280)

A análise de sensibilidade foi efetuada a partir dos dados de mercado do último dia do mês de dezembro de 2025, sendo considerados sempre os impactos negativos nas posições para cada vértice. Os efeitos desconsideram a correlação entre os vértices e os fatores de risco e os impactos fiscais.

Cenário 1: Foi aplicado o choque (aumento ou redução) de 1 ponto base (0,01%) na estrutura a termo de taxas de juros em todos os vértices/prazos. Exemplo: Taxa de 10% ao ano, torna-se 10,01% ao ano ou 9,99% ao ano. Para moedas estrangeiras e ações, foi considerado choque de 1% sobre o preço vigente.

Cenário 2: Foi aplicado o choque (aumento ou redução) de 25% nas taxas (aplicação do multiplicador de 1,25). Exemplo: Taxa de 10% ao ano, torna-se 12,50% ao ano ou 7,50% ao ano. Para moedas estrangeiras e ações, foi considerado choque de 25% sobre o preço vigente.

Cenário 3: Foi aplicado o choque (aumento ou redução) de 50% nas taxas (aplicação do multiplicador de 1,50). Exemplo: Taxa de 10% ao ano, torna-se 15,00% ao ano ou 5,00% ao ano. Para moedas estrangeiras e ações, foi considerado choque de 50% sobre o preço vigente.

É importante ressaltar que os resultados dos cenários (2) e (3) referem-se a simulações que envolvem fortes situações de *stress*, não sendo considerados fatores de correlação entre os indexadores. Eles não refletem eventuais mudanças ocasionadas pelo dinamismo de mercado, consideradas como baixa probabilidade de ocorrência, e também, por ações que possam vir a ser tomadas pela própria Instituição para reduzir eventuais riscos envolvidos.

- Risco de liquidez**

O Risco de Liquidez é definido como a possibilidade de a Instituição não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, inclusive as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas, e ainda, a possibilidade de a Instituição não conseguir negociar a preço de mercado uma posição, devido ao seu tamanho elevado em relação ao volume normalmente transacionado ou em razão de alguma descontinuidade nos mercados.

São realizados acompanhamentos constantes da situação de liquidez, dos descasamentos entre os fatores de risco primários, taxas e prazos dos ativos e passivos da carteira.

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis
(Em milhares de reais – R\$)

A Brazilian Securities mantém níveis de liquidez adequados, resultante da qualidade dos seus ativos, e do controle do risco, em consonância com a Política de Gerenciamento de Riscos e Capital, estabelecida as exigências das demandas regulatórias do CMN (Resolução nº 4.557/17). Os indicadores de liquidez são apresentados bimestralmente no Comitê de Ativos e Passivos ou sempre que necessário.

Exposição ao risco de liquidez

Em atendimento ao CPC 40 - Instrumentos Financeiros - Evidenciação, apresentamos a seguir a composição dos instrumentos financeiros, dos saldos de caixa e equivalente de caixa, bem como do correspondente intervalo de liquidez dos referidos ativos e passivos, de acordo com as faixas de vencimento.

	Até 3 meses	3 a 12 meses	1 a 3 anos	3 a 5 anos	Após 5 anos	Total
Ativo:						
Títulos e Valores Mobiliários	-	152.705	134.968	-	-	287.673
Recebíveis imobiliários	111	316	776	1.207	1.111	3.521
Total	111	153.021	135.744	1.207	1.111	291.194

É importante ressaltar que o intervalo de liquidez apresentado, em atendimento ao referido CPC, inclui somente os saldos dos instrumentos financeiros (ativos e passivos) e caixa e equivalentes de caixa. Portanto, não estão apresentados no quadro anterior os saldos de demais componentes do ativo e passivo, como por exemplo, outros ativos e outras obrigações - diversos, créditos tributários e passivos fiscais, e, também, outros ativos não circulantes (investimentos em companhias e fundos controlados e imobilizado). Adicionalmente, também é de fundamental relevância destacar que a posição de liquidez apresentada trata-se de uma posição estática em 31/12/2025, a partir dos fluxos de vencimentos originais de cada operação.

Enfim, não reflete mudanças ocasionadas pelo dinamismo de mercado e, também, pelas operações e estratégias que foram ou possam vir a ser realizadas pela Companhia.

• **Risco operacional**

Refere-se à possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou de eventos externos. Essa definição inclui o risco legal que é o risco associado à inadequação ou deficiência em contratos firmados pela Instituição, bem como as sanções em razão de descumprimento de dispositivos legais e indenizações por danos a terceiros decorrentes das atividades desenvolvidas pela Instituição.

A estrutura de gerenciamento de risco operacional é composta pelas diversas áreas e comitês do Conglomerado que participam do processo de gerenciamento do risco operacional e legal, com seus respectivos papéis e responsabilidades, e que prezam pela segregação de funções, pela busca de sinergia entre as unidades, eficiência, eficácia e efetividade dos processos, além do respeito aos limites e apetite aos riscos definidos pela administração do Conglomerado.

Em atendimento aos requisitos estabelecidos pela Resolução BCB nº 54/20, estão sendo disponibilizadas as informações sobre o processo de gerenciamento de riscos, que podem ser consultadas no site www.bancopan.com.br/ri Relatório de Gerenciamento de Riscos.

24) Imposto de Renda e Contribuição Social

a) Demonstração do cálculo dos encargos com imposto de renda e contribuição social:

	31/12/2025	31/12/2024
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social	6.871	16.644
Alíquota efetiva	34%	34%
Encargos/créditos total do imposto de renda e contribuição social	(2.337)	(5.660)
Outros valores	417	337
Imposto de renda e contribuição social	(1.920)	(5.323)

b) Composição de créditos tributários:

	31/12/2025	31/12/2024
Ativo		
Provisão para perda de crédito esperada	9.192	2.918
Provisão para contingências cíveis	1.672	965
Provisão para desvalorização de bens não de uso próprio	489	61
Provisão para contingências tributárias	34	18
Outras provisões	53	113
Sobre diferenças temporárias	11.440	4.075

c) Movimentação dos créditos tributários de imposto de renda e contribuição social:

	Saldo em 31/12/2024	Constituição	Realização	Saldo em 31/12/2025
Provisão para perda de crédito esperada	2.918	13.301	(7.027)	9.192
Provisão para contingências cíveis	965	2.650	(1.943)	1.672
Provisão para desvalorização de bens não de uso próprio	61	573	(145)	489
Provisão para contingências tributárias	18	16	-	34
Outras provisões	113	116	(176)	53
Total dos créditos tributários sobre diferenças temporárias	4.075	16.656	(9.291)	11.440
Créditos tributários líquidos das obrigações fiscais diferidas	4.075	16.656	(9.291)	11.440

d) Projeção de realização e valor presente dos créditos tributários:

A projeção de realização do crédito tributário foi elaborada com base no estudo do cenário atual e futuro, efetuada em 31/12/2025, cujas premissas principais utilizadas nas projeções foram os indicadores macroeconômicos, indicadores de produção e custo de captação.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos serão realizados à medida que as diferenças temporárias forem revertidas ou se enquadrarem nos parâmetros de dedutibilidade fiscal.

Apresentamos a seguir a estimativa de realização desses créditos:

Ano	Diferenças temporárias	
	31/12/2025	31/12/2024
2025	-	1.019
2026	2.566	839
2027	2.063	756
De 2028 a 2032	6.811	1.461
Total	11.440	4.075

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis
(Em milhares de reais – R\$)

Em 31/12/2025, o valor presente dos créditos tributários, calculados considerando a taxa média de captação do Banco PAN, totalizava R\$ 6.114 (31/12/2024 - R\$ 2.593).

e) Ativos tributários correntes:

	31/12/2025	31/12/2024
A Compensar		
Impostos e contribuições a compensar do exercício corrente	8.398	4.369
Impostos e contribuições a compensar de exercícios anteriores	10.676	11.800
Total	19.074	16.169

25) Informação se os auditores independentes prestam outro tipo de serviço, que não o de auditoria,

De acordo com o teor da Instrução CVM nº 381, a Companhia, no ano, não contratou e nem teve serviços prestados pela Grant Thornton Auditores Independentes não relacionados à auditoria externa. A política adotada atende aos princípios que preservam a independência do Auditor, de acordo com critérios internacionalmente aceitos, ou seja, o auditor não deve auditar o seu próprio trabalho, nem exercer funções gerenciais no seu cliente ou promover interesses deste.

26) Eventos subsequentes

A Reforma Tributária do consumo foi promulgada pela EC 132/2023 e regulamentada pela LC 214/2025, instituindo IBS e CBS (IVA dual) e o Imposto Seletivo. A Administração está avaliando impactos sistêmicos e os potenciais efeitos operacionais considerando a implementação gradual a partir de 2026. A companhia mantém o monitoramento sobre a legislação e aguarda a publicação do regulamento.

27) Informações sobre operações securitizadas

a) Certificados de recebíveis imobiliários – CRIs:

	31/12/2025	31/12/2024
Disponibilidades	607	1.273
Aplicações financeiras	11.494	15.363
Recebíveis imobiliários	674.663	1.120.161
Outros ativos	26.286	32.376
Total do Ativo	713.050	1.169.174
Certificados de recebíveis imobiliários (1)	703.790	1.156.674
Outros passivos	9.057	8.789
Total do Passivo	712.847	1.165.463
Total do Benefício Residual em Operações Securitizadas (2)	203	3.711

(1) Os certificados de recebíveis imobiliários são atualizados pelo IGPM, IPCA, TR e Poupança ou não possuem indexador de atualização, adicionados de taxas de juros que variam de 3,0687% ao ano a 77,5036% ao ano e também são atualizados por 100% do CDI, adicionados a taxas de juros que variam de 1,40% ao ano a 2,80% ao ano, e com vencimento até 01/07/2043; e

(2) Benefício residual em operações securitizadas corresponde ao saldo residual, líquido de eventuais garantias prestadas, dos patrimônios separados das operações securitizadas que, de acordo com a Lei nº 9.514/97, será reintegrado ao patrimônio comum da companhia securitizadora no momento da extinção do regime fiduciário e liquidação dos respectivos certificados de recebíveis imobiliários.

Declaração da Diretoria sobre as Demonstrações Contábeis

Em observância às disposições constantes no artigo 27, § 1º, inciso VI, da Resolução CVM nº 80/22, a Diretoria da Brazilian Securities Companhia de Securitização declara que discutiu, reviu e concordou com as Demonstrações Contábeis ao período findo em 31/12/2025.

Declaração da Diretoria sobre o Relatório dos Auditores Independentes

Em observância às disposições constantes no artigo 27, § 1º, inciso V, da Resolução CVM nº 80/22, a Diretoria da Brazilian Securities Companhia de Securitização declara que discutiu, reviu e concordou com a conclusão expressa no relatório dos auditores independentes referente às Demonstrações Contábeis relativas ao período findo em 31/12/2025.

São Paulo, 20 de março de 2026.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Andre Luiz Calabro
Alex Sander Moreira Gonçalves

DIRETORIA

Andre Luiz Calabro
Bruno Duque Horta Nogueira

CONTADOR

Tiago Rachid Cambria
CRC 1SP266263/O-0